

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Daniel Morgado Costa

**A RENTABILIDADE DOS BANCOS NUM  
CONTEXTO DE BAIXAS TAXAS DE JURO: O  
CASO DE PORTUGAL**

**VOLUME 1**

*Relatório de Estágio do Mestrado em Economia, orientado pela  
Professora Doutora Fátima Teresa Castelo Assunção Sol Murta e  
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*

Outubro de 2020



FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

**A rentabilidade dos bancos num contexto de baixas taxas  
de juro: o caso de Portugal**

**Daniel Morgado Costa**

*Relatório de Estágio do Mestrado em Economia, na especialidade de  
Economia Financeira apresentado à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, orientado pela  
Professora Doutora Fátima Teresa Castelo Assunção Sol Murta*

**Outubro de 2020**

## **Agradecimentos**

No final deste percurso queria agradecer a todos os docentes e restante comunidade da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra por me disponibilizarem todos os meios necessários à conclusão desta etapa. E deixar um especial agradecimento à Professora Fátima Teresa Castelo Assunção Sol Murta pela sua disponibilidade ao longo destes meses, o seu apoio foi fundamental para a realização deste trabalho.

Quero agradecer também ao Banco Santander Totta por me darem a oportunidade de realizar um estágio numa das suas Direções Comerciais. E agradecer principalmente a toda a equipa da Direção Comercial de Viseu, ao diretor Dr. Sérgio Costa e a toda a equipa por todo o seu profissionalismo e amizade durante todo o estágio.

E por fim, mas não menos importante, queria agradecer aos meus pais, meu irmão e toda a restante família assim como a todos os meus amigos que me apoiaram durante todos estes anos e nunca me deixaram ficar mal.

## **Resumo**

Este relatório foi realizado na sequência do estágio curricular feito na Direção Comercial de Empresas do Banco Santander Totta para a conclusão do mestrado em Economia na Universidade de Coimbra. Numa primeira parte será apresentada a entidade acolhedora assim como as principais tarefas efetuadas durante o estágio.

Numa fase posterior será feita uma análise dos efeitos das baixas taxas de juro nas rentabilidades bancárias, mais concretamente para alguns dos bancos portugueses. Em resposta à crise financeira de 2008 e à crise de dívida pública, ao longo dos últimos anos a maioria dos bancos centrais tem vindo a baixar as suas taxas de juro para estimular a economia. Contudo, esta medida afeta as margens financeiras dos bancos, e consequentemente a lucratividade. Porém, nem todos os bancos são afetados de igual forma. A lucratividade de cada banco depende de muitos outros fatores, como por exemplo a dimensão ou até o país onde se encontram. Este estudo tem como objetivo obter uma perceção, junto da literatura existente, de quais os fatores que potenciam esta quebra das rentabilidades face à redução das taxas de juro, e adicionalmente, as possíveis medidas a tomar por parte dos bancos de modo a reduzir o seu efeito negativo.

Por fim, é feita uma breve análise das rentabilidades de 12 bancos portugueses entre os anos de 2005 e 2018, onde é possível obter algumas conclusões sobre as consequências que as taxas de juro de curto prazo têm sobre as rentabilidades dos bancos portugueses. Naturalmente, com as taxas de juro mais baixas, espera-se que uma compressão das margens financeiras dos bancos. É necessária uma adaptação a esta nova realidade e tentar compensar a perda da margem financeira através de outros ganhos, ou reduzir os custos, para que esta situação não culmine em valores negativos nos seus lucros.

**Palavras-chave:** Taxas de juro; Rentabilidade; Margem Financeira

## **Abstract**

This report focuses on the curricular internship at Banco Santander Totta's Commercial Department regarding the conclusion of the Master's in Economics at University of Coimbra. Firstly, the entity in question will be presented, as well as the main tasks completed during this period.

Subsequently, an analysis of the effects of low interest rates on bank profitability was conducted, focusing particularly on some Portuguese banks. Following the 2008 financial crisis and European public debt crisis, over the past few years most central banks have been lowering their interest rates to stimulate the economy. Nevertheless, this measure affects their financial margins, and therefore profitability. However, not all banks are affected equally. The profitability of each bank is influenced by multiple factors, such as banks dimension or even the country they are based on. Through a review of the available literature, this study aims to determine the factors that aggravate the downfall in profitability according to interest rates, and additionally, the possible measures to be implemented by banks in order to reduce their negative effect.

Lastly, the profitability of 12 Portuguese banks between 2005 and 2018 was analyzed, giving some insight into the consequences that short-term interest rates have on banking profitability. Effectively, with lower interest rates, banks' financial margins are expected to compress, which requires an adjustment to this new reality and an attempt to compensate the loss of the financial margin through other gains, or to reduce their costs in order to prevent negative values in profits.

**Keywords:** Interest rates; Profitability; Interest margin

## **Lista de siglas**

BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

BCE – Banco Central Europeu

BIG – Banco de Investimento Global

BP – Banco de Portugal

BPI – Banco Português de Investimento

BST – Banco Santander Totta

CA – Crédito Agrícola

CBI – Central-Banco de Investimento

CGD – Caixa Geral de Depósitos

DCE – Direção Comercial de Empresas

Fin – Banco Finantia

Inv – Banco Invest

Mbcp – Millennium bcp

Mont – Banco Montepio

NB – BES/Novo Banco

NIM – Margem financeira líquida

NIRP – Política de taxas de juro negativas

pb – pontos base

PB/A – Produto bancário em percentagem dos ativos totais

pp – pontos percentuais

ROA – Retorno sobre os ativos

ROAA – Retorno sobre a média dos ativos

# Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Lista de siglas .....	vi
1. Introdução.....	1
2. O Grupo Santander.....	3
2.1. O Banco Santander Portugal.....	4
2.2. Direção Comercial de Empresas.....	5
3. Estágio – Atividades desenvolvidas.....	6
4. Análise crítica do estágio .....	7
5. O baixo nível das taxas de juro e a rentabilidade bancária .....	8
5.1. Rentabilidade bancária.....	9
5.2. O comportamento das taxas de juro de curto prazo na Europa.....	10
5.3. Efeitos do nível da taxa de juro na rentabilidade bancária .....	12
6. O caso Português.....	16
6.1. Dados .....	16
6.2. Resultados.....	17
7. Conclusão.....	22
Referências .....	25
Anexos.....	27



## 1. Introdução

Na sequência da crise financeira iniciada nos E.U.A. em 2007 com os problemas da dívida *subprime*, os bancos centrais, e em particular o Banco Central Europeu, baixaram as suas taxas de juro de referência, a partir de 2008. A partir de 2014 a taxa de juro da facilidade de depósito passou mesmo a ser negativa, situação que se mantém atualmente. O objetivo essencial desta política é estimular o crédito e a economia, fazendo com que os bancos emprestem mais dinheiro às empresas e às famílias, privilegiando o investimento e o consumo. No entanto as baixas taxas de juro também têm impactos negativos tal como atrair investimentos menos rentáveis e possibilitar a sobrevivência de empresas menos produtivas, que numa situação de taxas de juro mais elevadas não sobreviveriam. Por outro lado, este ambiente de taxas de juro muito baixas (note-se que as taxas de referência EURIBOR têm mantido valores negativos) tem consequências para a rentabilidade dos bancos. Estes passaram a ter mais dificuldades em manter a sua margem financeira, com impacto direto nos seus lucros.

O principal objetivo deste trabalho é perceber qual o efeito provocado pela descida do nível das taxas de juro na margem financeira dos bancos e nos seus lucros. Mais concretamente pretende-se analisar quais os bancos que mais sofreram com a queda das taxas de juro e quais os bancos que melhor se adaptaram a esta nova realidade de taxas de juro negativas.

Numa primeira parte do relatório vou descrever um pouco a entidade onde realizei o estágio, o Banco Santander Totta, mais concretamente na Direção Comercial de Empresas de Viseu. De seguida faço uma breve descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio e uma pequena análise crítica do mesmo. Uma das atividades realizadas foi o cálculo do ganho, para o banco, com determinados empréstimos sendo o nível da taxa de juro cobrada assim como todas as taxas e comissões as variáveis necessárias para o cálculo do mesmo.

Numa segunda parte do relatório refletir-se-á os estudos já feitos sobre a temática das baixas taxas de juro, mais concretamente o impacto que estas têm na rentabilidade bancária. A revisão bibliográfica elaborada procura reanalisar os impactos e as consequências provocadas pela queda das taxas de juro a partir do ano de 2008 e do seu nível negativo a partir de 2014. O impacto das taxas de juro muito baixas e negativas reflete-se na

rentabilidade do setor bancário e especialmente na margem financeira, diferença entre os juros recebidos e os juros pagos pelo banco em percentagem do ativo gerador de receitas.

Por fim é realizado um breve estudo sobre uma amostra dos bancos portugueses. A amostra engloba dados de 2005 a 2018, de 12 bancos. Para perceber o impacto das baixas taxas de juro na rentabilidade dos bancos portugueses calculei alguns indicadores e comparei os seus valores com uma das taxas de juro de referência de curto prazo.

As principais conclusões a retirar é que existe uma correlação forte entre a taxa de juro de curto prazo e os indicadores de rentabilidade bancária. No entanto, com o decorrer dos anos, os bancos foram capazes de aumentar as suas margens e a sua lucratividade, mesmo num ambiente de taxas de juro de curto prazo negativas.

## 2. O Grupo Santander

O Banco Santander foi fundado há mais de 150 anos, numa pequena cidade no norte de Espanha em 1857. Começando apenas como sociedade de crédito local, passou a entidade regional e depressa chegou a instituição nacional<sup>1</sup>. E mais tarde tornou-se um banco de dimensão europeia e mundial. Sempre foi um banco aberto ao exterior, inicialmente tinha uma ligação entre o porto de Santander e a América Latina. É a partir de 1900 que começa a crescer a um ritmo mais acelerado, duplicando o seu balanço em 19 anos (Aceña, 2008). Durante estes anos, 3 grandes bancos passaram a fazer parte do Banco Santander, Banco Hispanoamericano (1900), Español de Crédito (1902) e Central (1919).

Através da abertura de novas agências, aquisição de outros bancos, em Espanha e fora do país também, o Santander continuou a sua forte expansão. Passados 100 anos após a sua criação o Banco Santander era a sétima maior instituição financeira de Espanha.

Foi em 1994, com a compra do Banco Español de Crédito (Banesto), que o Banco Santander ascendeu ao primeiro lugar no mercado de Espanha. No ano seguinte iniciou novamente um período de forte expansão na América Latina onde conseguiu desenvolver negócios na Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela, enquanto aumentaram os já existentes no Chile, Porto Rico e Uruguai (Aceña, 2008).

Logo em janeiro de 1999 ocorreu a primeira grande fusão bancária na zona euro, entre o Santander e o Banco Central Hispano, passando a ser a primeira maior entidade financeira de Espanha e líder na América Latina.

Os melhores anos em termos de lucro para o Grupo Santander foram em 2006 e 2008. Obteve um lucro de 7.596 milhões de euros, o melhor resultado em Espanha de qualquer empresa em 2006. E em 2008 contou com 8.876 milhões de euros, sendo o terceiro maior banco do mundo por resultados.

Nos últimos anos a estratégia do Grupo Santander é tornar-se o melhor banco comercial, conquistando a confiança e fidelização de todos os *stakeholders*. Todos os seus funcionários, em todo o mundo, partilham da mesma cultura e o objetivo é fazer um banco mais “simples, pessoal e justo todos os dias”.

---

<sup>1</sup>As informações necessárias à elaboração desta secção foram retiradas do site oficial do Santander: [www.santander.com/es/sobre-nosotros/nuestra-historia](http://www.santander.com/es/sobre-nosotros/nuestra-historia)

Atualmente o Grupo Santander é um dos maiores bancos do mundo, ocupa o 15º lugar no *Top 1000 World Banks by Tier 1*, segundo a *The Banker*. Atua em mais de 40 países, conta com mais de 190 mil empregados, tem cerca de 145 milhões de clientes e no ano de 2019 obteve um lucro de 6.515 milhões de euros.

## **2.1. O Banco Santander Portugal**

O grupo Santander entrou oficialmente em Portugal em 1988 com a aquisição de cerca de 10% do Banco de Comércio e Indústria (BCI), posição que foi aumentada em 1993 para 78%. Neste mesmo ano também foi constituído o Banco Santander de Negócios Portugal (BSNP)<sup>2</sup>. Em 2004, passa a ser designado Banco Santander Totta, devido à fusão entre o Banco Santander e o Banco Totta e Açores (o qual detinha o Crédito Predial Português), adquiridos no ano de 2000.

No final de 2015, devido a um processo de resolução aplicado ao Banco Internacional do Funchal (Banif), o Banco Santander Totta acabou por comprar alguns dos seus ativos e passivos, reforçando a sua presença na Madeira e nos Açores.

Graças à grande desvalorização bolsista do Banco Popular, o Grupo Santander comprou todo o seu grupo por apenas 1 euro. Esta compra incluía as operações do Banco Popular em Portugal, que passaram a pertencer ao Banco Santander Totta. Esta aquisição reforçou ainda mais a posição do Grupo Santander na Península Ibérica passando o Banco Santander Totta a ser o maior banco Português.

Com o desenvolvimento do Banco em Portugal, a marca no final de 2018 deixou de utilizar a insígnia Totta, passando a utilizar apenas Santander. No entanto o seu nome oficial não sofreu alterações.

Nos últimos anos foi alvo de alguns prémios por parte de várias entidades, dos quais se destaca o “Melhor Banco em Portugal 2019” atribuído pela revista *Euromoney*, sendo em 2019 a 17ª vez que o banco é distinguido em Portugal. Por outro lado, também foi distinguido

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do site oficial do BST: [www.santander.pt/institucional/edificio-dos-leoes](http://www.santander.pt/institucional/edificio-dos-leoes)

como o “Melhor Banco para trabalhar em Portugal”, e a 2ª melhor empresa, na dimensão de mais de 1000 trabalhadores, no âmbito do Great Place to Work<sup>3</sup>.

No final de 2019, o Santander contava com mais de 6000 colaboradores em Portugal e com 542 postos de atendimento. No ano de 2019 o seu produto bancário acendeu a 1.293,1 milhões de euros e o seu resultado líquido passou dos 489 milhões de euros<sup>4</sup>.

## **2.2. Direção Comercial de Empresas**

Atualmente existem 22 Direções Comerciais de Empresas (DCE) do Santander<sup>5</sup> espalhadas por todo o país. A principal diferença em relação a um balcão de atendimento é que na DCE trata-se apenas das necessidades das maiores empresas. Nomeadamente empresas com volume de negócios anual acima de 3 milhões de euros. O foco é conseguir fazer um acompanhamento mais personalizado junto de cada empresa, facilitar a sua gestão de tesouraria através dos seus produtos de *confirming* e *factoring* e até apoiá-la na entrada em novos mercados.

A direção comercial de Viseu é uma das maiores do país quanto à abrangência geográfica. É responsável por 3 distritos: Viseu, Guarda e Castelo Branco. O diretor comercial é quem faz a ligação com a sede do Santander, é mais responsável pela parte administrativa da Direção e ainda presta ajuda aos 3 gestores comerciais. Os gestores comerciais estão encarregues de fazer a ligação entre as empresas e o banco, são estes que visitam as empresas ou as contactam quando é necessário. A prestar apoio ainda estão 2 assistentes operacionais, fazendo a ligação entre os pedidos que chegam das empresas e os serviços centrais do banco.

Cada gestor comercial é responsável por uma carteira de clientes, normalmente distribuídos por áreas geográficas. O seu objetivo é, segundo a necessidade de cada empresa, apresentar as melhores soluções que o banco tinha para oferecer. Para um melhor acompanhamento, os gestores conhecem o funcionamento geral de cada empresa e a sua situação financeira. Depois de apresentadas as propostas do banco, são responsáveis por fazer um acompanhamento de todos os processos junto das empresas, nomeadamente, enviar

---

<sup>3</sup> Relatório do 1º Semestre de 2019 do BST.

<sup>4</sup> Relatório anual de 2019 BST (2020).

<sup>5</sup> Relatório anual de 2019 BST (2020).

ou pedir qualquer tipo de documento necessário, esclarecer todas as dúvidas por parte dos clientes e aconselhá-los quando assim é pedido.

Por outro lado, os assistentes operacionais estão mais ligados aos serviços centrais do Santander. O seu objetivo é fazer a ligação entre os pedidos de cada cliente e os serviços centrais do banco. Para além disso também auxiliam os gestores comerciais em alguns dos processos, desde abertura de contas a contratos de créditos, entre outros. Sempre que um cliente quer efetuar uma operação, como uma transferência por exemplo, efetua o pedido junto da DCE e estes tratam de fazer a comunicação com os serviços centrais do banco.

### **3. Estágio – Atividades desenvolvidas**

O estágio curricular teve início a 10 de fevereiro de 2020 na DCE do Santander de Viseu, e estava previsto conhecer o funcionamento geral da direção comercial e acompanhar as tarefas de cada um dos colaboradores para um conhecimento mais aprofundado. Contudo, devido à situação epidemiológica o estágio foi suspenso em meados de março, sendo dado como terminado uns meses mais tarde.

Ainda assim, em cerca de um mês tive a oportunidade de perceber como se processava grande parte do dia a dia da direção, comecei por realizar algumas tarefas junto dos assistentes operacionais e quando era necessário prestava ajuda aos gestores comerciais em alguns processos.

Todas as pendências (por exemplo, propostas, abertura de contas, pedidos de documentos originais, entre outros) que a DCE tinha por resolver eram organizadas por tema, e dentro de cada tema eram organizadas por data. Assim, facilita-se a procura de qualquer pendência que seja precisa antes da data prevista de resolução e, todos os dias as pendências a resolver estavam em primeiro lugar. Para além disso, todas as pendências eram registadas num ficheiro informático ao que todos os colaboradores têm acesso. Com isso era facilitada a escolha da data de pendências futuras, e ter a certeza que todas eram resolvidas nas datas previstas. A organização e o registo das pendências foi uma das primeiras tarefas que me foi atribuída e ficou à minha responsabilidade até ao fim.

Toda a documentação relativa às operações efetuadas necessitava de ser arquivada. Quando era possível, o arquivo era feito digitalmente. No entanto, ainda existe algum

arquivo físico. Esse arquivo físico era guardado por lotes, dependendo do tema que se tratava, que posteriormente eram enviados para outro local para armazenamento. Para que os colaboradores tivessem acesso a alguns desses documentos mais tarde era guardada uma cópia que permanecia na DCE por mais tempo. Ficou à minha responsabilidade fazer este arquivo físico e ainda organizar as pastas dos clientes e arquivar as restantes para mais tarde serem levadas para destruir.

Depois de perceber quais eram as tarefas mais básicas de cada colaborador foi-me atribuída a função de construir algumas folhas de cálculo em Excel ou corrigir outras já existentes. Por exemplo, construí uma folha de cálculo onde era possível cada gestor comercial obter de forma mais simples a prestação mensal a pagar por um determinado empréstimo e obter de imediato o plano de pagamentos completo. Também me foi pedido para construir outra onde fosse possível calcular, de forma simples, o *all in* de todos os tipos de produtos que o banco oferecia. O *all in* é o ganho total anual, em percentagem, de todas as formas de rendimento que o banco teria se o cliente aceitasse a proposta feita pelo gestor. A taxa de juro e as comissões a cobrar ao cliente, por vezes, são determinadas tendo em conta o *all in* desejado pelo banco.

Posteriormente, durante o estágio, deveria ter feito outras tarefas, como aberturas de conta, transferências, propostas a clientes, entre outras. No geral, todas as operações que as empresas querem realizar não são feitas diretamente na DCE. O pedido (ou a ordem). Existindo toda a documentação necessária, de acordo com o tipo de operação que se deseja realizar, a direção comunica aos serviços do banco a ordem para realizar o pedido. Quanto a este tipo de tarefas, não tive a oportunidade de as realizar. No entanto, explicaram-me e mostraram-me como se processavam alguns dos pedidos e processos.

#### **4. Análise crítica do estágio**

Apesar do estágio não ter durado tanto como o previsto foi importante para a minha formação. Foi a primeira vez que trabalhei com outras pessoas para resolver problemas do dia a dia de uma empresa bancária. Agora penso que estou mais preparado para integrar o mercado de trabalho. Com o estágio desenvolvi capacidades como a comunicação com os restantes elementos da equipa e a organização. E para além disso fui capaz de utilizar alguns

dos conhecimentos lecionados, tanto na licenciatura como no mestrado em economia. Foram-me úteis os conceitos lecionados em Economia Bancária e Contabilidade Financeira, alguns dos temas de Economia Financeira e do Risco assim como conhecimentos em Excel obtidos em Modulo de Informática e Analise de Investimentos.

Também fui capaz de contribuir para as tarefas do banco, ajudando gestores e assistentes operacionais a resolver as questões que iam surgindo diariamente. Considero que a minha principal contribuição, no curto espaço de tempo que o estágio durou, foi a construção de folhas de calculo que facilitavam o trabalho da equipa, assim como ajudar a corrigir algumas folhas de cálculo que não estavam a apresentar os resultados pretendidos. Por um lado, precisava de perceber o que era pretendido e depois de perceber todo o processo na teoria tentava arranjar uma solução prática e mais eficiente que as já existentes.

Um dos pontos mais positivos do estágio foi poder resolver problemas específicos da DCE por um lado, e poder acompanhar a evolução de outras empresas não bancárias por outro. Também percebi quão complexa é a elaboração de uma proposta de crédito, não só devido à necessidade de cumprir objetivos, assim como pela necessidade de o banco conseguir ser, pelo menos, tão competitivo como os outros bancos devido às baixas taxas de juro aplicadas. A contribuir negativamente foi a curta duração do estágio que me impediu de continuar a desempenhar outro tipo de tarefas, como efetuar aberturas de conta ou propostas de crédito, que seriam importantes para a utilização e desenvolvimento de outras capacidades.

## **5. O baixo nível das taxas de juro e a rentabilidade bancária**

As baixas taxas de juro por longos períodos são uma realidade recente, e ainda mais recente as taxas de juro negativas. Dessa forma os economistas ainda não têm muitas certezas relativamente ao efeito que este fenómeno provoca nas margens financeiras e na lucratividade dos bancos. No entanto, é de esperar que com taxas de juro de curto prazo mais baixas, os bancos tenham mais dificuldade em manter/aumentar as suas margens e consequentemente os seus lucros. E mais difícil ainda quando as taxas de juro estão abaixo de 0, já que, pelo menos em Portugal ainda não é permitido aplicar taxas de juro negativas

em depósitos bancários<sup>6</sup>. A cobrança de taxas de juro negativas nos depósitos já é permitida em alguns países, todavia não é muito comum os bancos recorrerem a esta prática. No entanto, alguns bancos europeus têm vindo a aplicar taxas de juro abaixo de 0 em alguns depósitos de instituições e grandes empresas, segundo o jornal Expresso<sup>7</sup>.

## 5.1. Rentabilidade bancária

Na idade média, com o desenvolvimento do comércio, os banqueiros que apenas avaliavam moedas e faziam trocas, também passaram a aceitar depósitos. Em troca o banco emitia um documento em que garantia o dinheiro depositado. Mediante o pagamento de uma comissão, as pessoas não precisavam de andar a transportar moedas e começaram a fazer pagamentos com o documento emitido pelos bancos (Kohn, 1999). Mais tarde, como os banqueiros perceberam que as pessoas nunca levantavam os depósitos todos de uma vez começaram a emprestar parte do dinheiro, cobrando uma taxa de juro. Com o desenvolvimento da economia e da atividade bancária, os bancos começaram a pagar juros aos depositantes para que tivessem mais capital disponível para conceder crédito, no qual cobravam uma taxa de juro mais alta.

Uma das principais funções dos bancos sempre foi a concessão de crédito, o que corresponde normalmente a maior receita dos bancos. Na concessão de crédito, qualquer que seja o seu tipo, é cobrada uma taxa de juro sobre o montante em dívida. A taxa de juro dos empréstimos representa uma fonte de rendimento para o banco. No entanto, um banco para poder conceder crédito precisa de ter financiamento. Há várias formas de conseguir financiamento bancário, porém a que representa uma maior importância são os depósitos. Para incentivar os clientes a depositar o dinheiro no seu banco, estes pagam uma taxa de juro aos clientes. A taxa de juro de depósitos representa um custo para o banco. O que faz o banco obter ganhos, com vista à obtenção do lucro, é cobrar uma taxa de juro dos empréstimos superior à taxa de juro dos depósitos. A diferença entre o montante recebido pelos juros dos empréstimos e o montante pago pelos juros dos depósitos denomina-se de margem financeira. Se for dividida pela média dos ativos geradores de receita para o banco obtém-se

---

<sup>6</sup> Aviso do Banco de Portugal nº 6/2009

<sup>7</sup> Informação retirada do site oficial do jornal: <https://expresso.pt/economia/2019-10-24-Banca-quer-aplicar-juros-negativos-nos-grandes-depositos-mas-Banco-de-Portugal-afasta-cenario>

a margem financeira líquida em percentagem do ativo (NIM). Ou seja, o NIM é um indicador da rentabilidade dos ativos geradores de receita, os ativos que estão ligados à atividade tradicional dos bancos.

Apesar da NIM ser uma das principais receitas dos bancos, é possível estes verem a sua lucratividade a aumentar devido a outros fatores. Estes podem ser ganhos na avaliação de títulos, diminuição das perdas por incumprimentos, a aplicação de taxas e comissões ou até tentar reduzir os custos. Por outro lado, as baixas taxas de juro estimulam a economia, o que poderá favorecer os bancos no longo prazo que poderão ter uma maior procura por empréstimos. Contudo não é certo se estes ganhos compensam a perda da NIM, e consequentemente se os bancos conseguem ou não aumentar a sua lucratividade. Por isso é que também se utilizam outros indicadores para medir a rentabilidade bancária. O mais abrangente é o retorno sobre os ativos (ROA), que mede a rentabilidade, em percentagem, dos ativos totais. Para o seu cálculo basta dividir os lucros líquidos pelos ativos totais, e obtemos a rentabilidade dos ativos num determinado período. Um outro indicador semelhante é o retorno sobre a média dos ativos (ROAA), que calcula a rentabilidade dos ativos, mas neste caso utiliza a média dos ativos nos vários períodos. No entanto é um indicador menos utilizado. Um outro indicador é o retorno sobre o capital próprio (ROE), que neste estudo não será muito mencionado, que indica a rentabilidade em percentagem do capital próprio.

## **5.2. O comportamento das taxas de juro de curto prazo na Europa**

No passado já se observaram algumas taxas de juro negativas, mas não por períodos tão grandes quanto nos últimos anos. Por exemplo, em 2006 já houve taxas de juro negativas, por um curto período. Também se assistiu ao fenómeno das taxas de juro negativas na Dinamarca (2012-2014), na Suíça (2011-2014) e na Suécia (2009-2010). Na Zona Euro foi a partir de 2014 que se instalaram as taxas de juro de curto prazo negativas que ainda duram até aos dias de hoje. Como ilustração, no dia 31 de agosto de 2020, a EONIA era de -0.472%,

a €STER<sup>8</sup> (que até agora sempre foi negativa), -0,557% e mesmo a Euribor a 12 meses situava-se em -0.383%<sup>9</sup>.

O principal objetivo do BCE é manter a estabilidade dos preços. O pretendido é que a taxa de inflação na zona euro seja inferior, mas próxima de 2% a médio prazo. Com a crise financeira global, e para que a taxa de inflação não fosse muito abaixo dos 2%, o BCE adotou uma política monetária expansionista. Para isso adotou várias medidas, entre elas foi a descida da taxa de juro de curto prazo. Com taxas de juro mais baixas, é facilitada a concessão de empréstimos, o que faz incentivar o investimento e o consumo e estimula o crescimento da economia. A primeira vez que o BCE colocou a taxa de juro de facilidade permanente de depósitos em valores negativos foi a 11 de junho de 2014.

Atualmente a taxa da facilidade permanente de depósitos, definida pelo BCE, está situada nos -0.5%. Quando os bancos têm reservas excedentárias depositam-nas no banco central suportando, com taxa de juro negativa, os devidos custos. À partida não parece fazer sentido, contudo as alternativas ainda são mais caras. A alternativa seria cada banco manter o seu dinheiro fisicamente. A taxa de juro nominal desta alternativa seria teoricamente 0, sendo a taxa de juro efetiva inferior. Para além disso os bancos teriam muitos outros custos com armazenamento, proteção do dinheiro, e um dos maiores custos seria o custo de envio de dinheiro entre bancos, por exemplo. Segundo o discurso de Coeuré Benoît (2014), o mercado monetário *overnight* sem garantia envolve centenas de bancos com um volume diário de 40 a 50 biliões de euros. Transportar esta quantia todos os dias seria uma tarefa bastante dispendiosa para os bancos.

Uma das taxas mais importante do BCE é a taxa de juro aplicada às operações principais de refinanciamento. Nestas operações os bancos fazem empréstimos a uma semana, e a taxa de juro situa-se desde março de 2016 nos 0%. Influenciadas pelas taxas definidas pelo BCE ainda existem as taxas de juro EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate). O seu cálculo é feito através das médias das taxas de juro de empréstimos interbancários em euros entre vários bancos, maioritariamente europeus. Atualmente existem 5 tipos de taxas de juro EURIBOR dependendo do prazo, 1 semana, 1 mês, 3 meses, 6 meses ou 12 meses.

---

<sup>8</sup> A €STER (euro short-term rate) é uma taxa de referência que passou a estar disponível desde 2 de outubro de 2019 e que vem substituir a Eonia. A €STER é mais abrangente do que a EONIA, e é calculada através de dados de mais bancos, o que a torna mais fiável. Informação retirada do site oficial do BCE: [https://www.ecb.europa.eu/explainers/tell-me-more/html/benchmark\\_rates\\_qa.pt.html](https://www.ecb.europa.eu/explainers/tell-me-more/html/benchmark_rates_qa.pt.html)

<sup>9</sup> Os valores da Eonia e da Euribor foram retiradas do site oficial do BCE: [www.euribor-rates.eu/pt/](http://www.euribor-rates.eu/pt/), enquanto a €STER foi retirada do site oficial do EMMI: [www.emmi-benchmarks.eu/emmi/](http://www.emmi-benchmarks.eu/emmi/).

Sendo que a Euribor a 1 semana é negativa desde o final de 2014, a Euribor 6 meses é negativa desde novembro de 2015 e a Euribor 12 meses é negativa desde fevereiro de 2016.

### **5.3. Efeitos do nível da taxa de juro na rentabilidade bancária**

Segundo (Maudos & De Guevara, 2004), a NIM depende da competitividade do mercado, mas também de outros fatores tais como do risco das taxas de juro, do risco de crédito, dos gastos operacionais médios, da aversão ao risco e ainda de outras variáveis (que não introduziram no seu modelo) como o custo de oportunidade das reservas ou a qualidade da gestão.

Como seria de esperar há algumas evidências de que a NIM diminui quando a taxa de juro baixa (Busch & Memmel, 2015). Com dados de 25 países europeus, 445 bancos, entre 1999 e 2015, Campmas (2020), estimou que, para uma queda de 1% na taxa de juro, os bancos sofrem uma diminuição, em média e aproximadamente de 0,133% da sua NIM. Contudo a queda observada no retorno médio dos ativos (ROAA) é menor. Kerbl & Sigmund (2016) realizaram um estudo utilizando dados apenas de bancos Austríacos e também se deparam com os mesmo resultados: quando a EURIBOR diminui, os bancos veem a sua NIM a diminuir. E para variações da EURIBOR, quando esta é mais elevada, os efeitos provocados na NIM são menores, o que demonstra uma relação de não linearidade. A mesma relação de não linearidade e da descida da NIM é encontrada por Claessens, Coleman, & Donnelly (2018), numa amostra de 47 países com 3385 bancos, entre 2005 a 2013. A relação não linear entre a taxa de juro e a lucratividade dos bancos acontece muito por culpa da taxa de juro dos depósitos (Borio, Gambacorta, & Hofmann, 2017). Como os bancos não baixam estas taxas para valores negativos, quanto mais baixa é a taxa de juro maior é o efeito provocado na NIM, e consequentemente na sua lucratividade.

Borio, Gambacorta, & Hofmann (2017) também observam que taxas de juro mais elevadas e uma curva de rendimentos mais inclinada levam os bancos a verem a sua NIM a aumentar e consequentemente os seus lucros. A explicação encontrada pelos autores é que quando há um aumento das taxas de juro de curto prazo e a curva de rendimentos é mais inclinada, ou seja, a taxa de juro de longo prazo aumenta também (e aumenta mais pronunciadamente), os bancos conseguem aumentar os seus lucros por duas vias. Primeiro porque ao aumentar a taxa de juro vão aumentar a sua NIM, e por outro lado, aumentam os

ganhos devido à transformação de maturidade do capital. Isto é, os bancos normalmente têm depósitos de curto prazo para financiar empréstimos de longo prazo, portanto, se houver um aumento na inclinação da curva de rendimentos, veem os seus ativos a valorizar.

Um estudo com dados de 2008 a 2014 de bancos de 32 países de todo o mundo revela novamente que a descida da taxa de juro, assim como o achatamento da curva de rendimentos, afetam a NIM e a lucratividade dos bancos (Cruz-García, de Guevara, & Maudos, 2019). Estes autores, para realçar o seu ponto de vista, estimam no seu modelo que uma subida de 100 pontos base (pb) na taxa de juro de curto prazo, *ceteris paribus*, aumentaria a margem de juro em 19 pb. E, se aumentasse, em simultâneo, a diferença entre a taxa de juro de longo prazo e a taxa de juro de curto prazo em 50 pb (ou seja, aumentar a inclinação da curva de rendimentos) isso iria fazer com que a NIM subisse mais 6 pb, *ceteris paribus*. Segundo esta estimativa dos autores os bancos iriam ver o seu ROA a aumentar em 25 pb.

Recentemente, através da análise de mais de 39000 observações de bancos de 27 países diferentes, Beauregard & Spiegel (2020) também chegam a resultados interessantes. Quando os respetivos bancos centrais decidem fixar taxas de juro negativas, os bancos, durante o primeiro ano veem os seus empréstimos a aumentar, no entanto, a queda observada no segundo ano é maior que a subida verificada no primeiro ano. E esta queda continua nos anos seguintes enquanto se verificarem taxas de juro negativas. Na opinião dos autores, os bancos perdem as suas margens financeiras principalmente devido às taxas de juro dos depósitos que raramente chegam a valores negativos, os bancos têm dificuldade em repassar taxas de juro negativas aos seus clientes. Para recuperar alguma rentabilidade são obrigados a aumentar as suas taxas e comissões.

Todavia, com o aumento das taxas de juro há um problema: as provisões para perdas com empréstimos também aumentam e há uma descida das receitas não financeiras devido à desvalorização dos títulos. Contudo, segundo Borio, Gambacorta, & Hofmann (2017) o efeito da NIM é superior a estas perdas, o que fará com que os bancos obtenham mais lucros quando há uma subida das taxas de juro.

Com a taxa de juro de curto prazo cada vez menor ao longo dos últimos anos os bancos têm vindo a perder as suas margens. No entanto, a sua perda de lucratividade é atenuada por outros fatores, e em alguns casos os bancos até conseguem aumentar os seus lucros. Uma das explicações utilizadas é que quando há uma descida das taxas de juro, há

uma valorização dos títulos detidos pelo banco, o que lhes proporciona um ganho (Borio, Gambacorta, & Hofmann, 2017). Contudo este ganho ocorre apenas quando a taxa de juro desce, enquanto que a perda pela descida da NIM perdura ao longo do tempo.

Como seria de esperar os bancos com ativos e passivos de longo prazo são menos afetados relativamente aos que têm ativos e passivos de curto prazo (Claessens, Coleman, & Donnelly, 2018). Esta diferença ocorre, pois quando os bancos veem a sua lucratividade a diminuir têm mais tempo para se adaptar e tentar reduzir gastos e obter outras receitas não financeiras.

Alguns bancos, para obterem rentabilidades maiores nos seus ativos, estão dispostos a aumentar o risco. No entanto, Campmas (2020), também encontra evidências de que os bancos que são menos cautelosos quanto ao risco obtêm retornos mais baixos. Assim como os bancos que utilizam menos estratégias de cobertura da taxa de juro também estão associados a rentabilidades menores. Isto demonstra que a estabilidade financeira no setor bancário promove a lucratividade.

Apesar de toda a dificuldade dos bancos, alguns conseguiram adaptar-se e ver os seus lucros a aumentar, como temos visto alguns casos nos últimos anos. Os bancos ao verem as suas margens a diminuir, podem ter antecipado o seu efeito e conseguido obter rendimentos através de outras fontes, como a cobrança de taxas e comissões, dando mais importância a outras atividades, com vista a obterem rendimentos sem juros, e até reduzindo os seus custos. O melhor para os bancos é escolherem ativos de melhor qualidade e avaliarem bem os seus riscos, que a sua lucratividade não será muito afetada (Campmas, 2020).

Há também um conjunto de bancos Austríacos, segundo Kerbl & Sigmund (2016), que são pouco afetados na NIM. Estes são os grandes bancos, *Building and Loan Associations*, *Housing Banks*, e os bancos de ações privados. Nos grandes bancos, os depósitos representam uma pequena parte do seu financiamento, o que os deixa menos vulneráveis às variações das taxas de juro. Os bancos que têm maioritariamente ativos referentes a empréstimos à construção também são menos afetados pelas baixas taxas de juros porque, segundo os autores, existe uma taxa contratual mínima de 3%. E como a principal atividade dos bancos de ações privados é a gestão do património privado ficam menos dependentes da necessidade de depósitos e conseguem obter mais receitas que não dependem dos juros.

No mesmo estudo acerca de bancos Austríacos (Kerbl & Sigmund, 2016), fizeram uma simulação ARIMA em que fixaram a taxa de juro dos depósitos em 0, devido à dificuldade dos bancos aplicarem uma taxa inferior. Simultaneamente, as taxas de juro dos empréstimos seguem as taxas de referência. Com simulações a prever alguns dos piores cenários, entre eles uma taxa de referência de -2%, chegaram à conclusão que os lucros diminuem substancialmente. Contudo, a NIM continuaria a registar valores positivos.

Mais recentemente, com dados de 2012 a 2016 de mais de 7000 instituições financeiras de 32 países da OCDE foi feita uma análise para perceber se, nos países onde foi adotada uma política de taxas de juro negativa (NIRP), os bancos viram as suas margens e o lucro a decrescer em relação aos países onde a taxa ainda continua positiva (Molyneux, Reghezza, & Xie, 2019). Nos países onde foi adotada a NIRP, ou seja, o respetivo banco central adotou taxas de juro negativas, os bancos tiveram uma queda no NIM e no ROA de cerca de 16% e 3%, respetivamente. Contudo há outros fatores que fazem com que a NIM e o ROA não decresçam muito. Os grandes bancos conseguem atenuar o efeito da NIRP em relação aos bancos mais pequenos. Têm maior facilidade em se adaptar a esta nova realidade aplicando estratégias de cobertura, diversificando o tipo de empréstimos e mudando o seu modelo de negócios. Os autores ainda apontam outros dois fatores que prejudicam a lucratividade dos bancos, sendo eles a competitividade do setor bancário e as taxas de juro variáveis.

A conclusão a que Molyneux, Reghezza, & Xie (2019) chegaram foi:

No geral, o impacto adverso da NIRP nas margens e lucros parece ter sido mais forte para os Bancos que: são pequenos; têm modelos de negócios "orientados para os juros"; são especialistas em imóveis e hipotecas; estão bem capitalizados; emprestam dentro das fronteiras nacionais; tem fraca cobertura contra o risco de taxa de juros; operam em sistemas bancários competitivos; e onde predominam as taxas de empréstimo flutuantes<sup>10</sup>.

Como as taxas de juro permaneceram baixas durante tanto tempo pode-se levantar um novo problema, o efeito adverso da política monetária. Com as taxas de juro “baixas por muito tempo” os bancos podem alterar o seu modelo de negócios, diminuindo os seus empréstimos e arriscar a estabilidade financeira aumentando os seus investimentos em ativos mais arriscados (Campmas, 2020).

---

<sup>10</sup> Tradução livre do autor

Em jeito de conclusão, e de acordo com Cruz-García, de Guevara, & Maudos (2019), existe um *trade off* entre os efeitos positivos da política monetária expansionista e os seus efeitos negativos sobre os bancos e na estabilidade financeira.

## 6. O caso Português

Tal como nos restantes países europeus, os bancos portugueses viram a sua rentabilidade a decrescer acentuadamente após a crise financeira de 2008. E, apesar da margem financeira ter vindo a recuperar ao longo dos últimos anos, em 2019 a contribuição da margem financeira no ROA foi inferior à observada no período que antecedeu a crise financeira, segundo o relatório de estabilidade financeira de junho 2020 do Banco de Portugal (BP). Para estudar melhor o problema das taxas de juro baixas irei fazer uma pequena análise de alguns indicadores de rentabilidade, tais como a NIM e o ROA, no setor bancário português, ao longo dos últimos anos.

### 6.1. Dados

Para a realização do estudo empírico irei fazer uma análise gráfica de alguns indicadores de rentabilidade e uma taxa de juro de referência. A taxa de juro de referência escolhida foi a Euribor a 6 meses e foi recolhida da base de dados PORDATA<sup>11</sup>. A periodicidade escolhida foi anual, visto que os restantes indicadores também o são. E neste caso é apresentada a última observação de cada período, entre 2005 e 2018.

Os dados utilizados para o cálculo dos restantes indicadores foram retirados das estatísticas consolidadas da Associação Portuguesa de Bancos (APB). Nomeadamente utilizei os balanços consolidados de 2005 a 2018 assim como as demonstrações de resultados consolidadas referentes ao mesmo período. Devido à falta de alguns dados ficou disponível uma amostra de 12 bancos para este estudo. O único critério de escolha foi apresentar dados no maior número de anos possível. Incluídos nesta amostra estão os seguintes bancos: Banco de Investimento Global (BIG), Millennium bcp (Mbc), BES/Novo Banco (NB), Banco

---

<sup>11</sup> Site oficial do PORDATA: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxas+de+juro+indexantes-2322-180630>

Português de Investimento (BPI), Central – Banco de Investimento (CBI), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Santander Totta (BST), Banco Montepio (Mont), Banco Finantia (Fin), Banco Invest (Inv), Crédito Agrícola (CA) e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). Grande parte dos bancos tem os dados disponíveis nos 14 anos da amostra, contudo há alguns bancos que não têm dados disponíveis para todos os anos. Estes são o BIG, NB, Fin e BBVA que têm valores para 13 anos, o Inv que tem para 10, e o CA com apenas para 9. No caso do NB, até 2013 existem dados do BES. Após o processo de resolução do BES, os seus ativos e passivos foram divididos, e a partir de 2015 utilizamos a informação do Novo Banco, o que poderá influenciar os dados e as conclusões e dificultar a sua interpretação.

Após juntar todos os dados necessários calculei 3 indicadores de rentabilidade bancária: a NIM, o ROA e o produto bancário em função dos ativos (PB/A). Este último indicador mede a evolução da atividade bancária, não só da atividade tradicional, mas de todas as operações que gerem receita para o banco.

## **6.2. Resultados**

Inicialmente comecei por calcular todos os dados necessários para o cálculo da NIM, do ROA e do PB/A. Nomeadamente, calculei a margem financeira, o produto bancário, os resultados líquidos e os ativos totais de cada um dos bancos para todos os anos da amostra. As tabelas A.1, A.2 e A.3 apresentam os resultados obtidos.

Depois de calcular os 3 indicadores, calculei a média anual ponderada pelos ativos totais de cada banco, para melhor traduzir a realidade do sistema bancário português.

De um modo geral é possível observar (Tabela 1) que todos os indicadores de rentabilidade apresentam uma tendência negativa até ao ano de 2013 sensivelmente. A partir desse ano há uma recuperação com oscilações. Contudo nenhum dos indicadores conseguiu chegar aos valores observados no período antes da crise financeira e crise da dívida pública. Isto indica que, com a crise e com a descida das taxas de juro, as rentabilidades dos bancos foram afetadas negativamente. Após a adaptação dos bancos portugueses ao contexto das baixas taxas de juro (e negativas), estes têm vindo recuperar aos poucos com o decorrer dos anos, apesar do ROA chegar a primeira vez a valores positivos em 2019, situando-se em apenas 0.197%.

**Tabela 1** – Indicadores de rentabilidade

<b>Ano</b>	<b>NIM</b>	<b>ROA</b>	<b>PB/A</b>	<b>Euribor 6M</b>
2005	1,670%	0,937%	3,177%	2,64%
2006	1,714%	1,090%	3,110%	3,85%
2007	1,696%	1,040%	3,012%	4,71%
2008	1,757%	0,620%	2,896%	2,97%
2009	1,461%	0,434%	2,691%	0,99%
2010	1,407%	0,409%	2,668%	1,23%
2011	1,521%	-0,367%	2,550%	1,62%
2012	1,298%	-0,227%	2,719%	0,32%
2013	1,088%	-0,479%	2,094%	0,39%
2014	1,289%	-0,214%	2,601%	0,17%
2015	1,297%	-0,049%	2,448%	-0,04%
2016	1,367%	-0,536%	2,229%	-0,22%
2017	1,394%	-0,119%	2,536%	-0,27%
2018	1,532%	0,197%	2,202%	-0,24%

Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

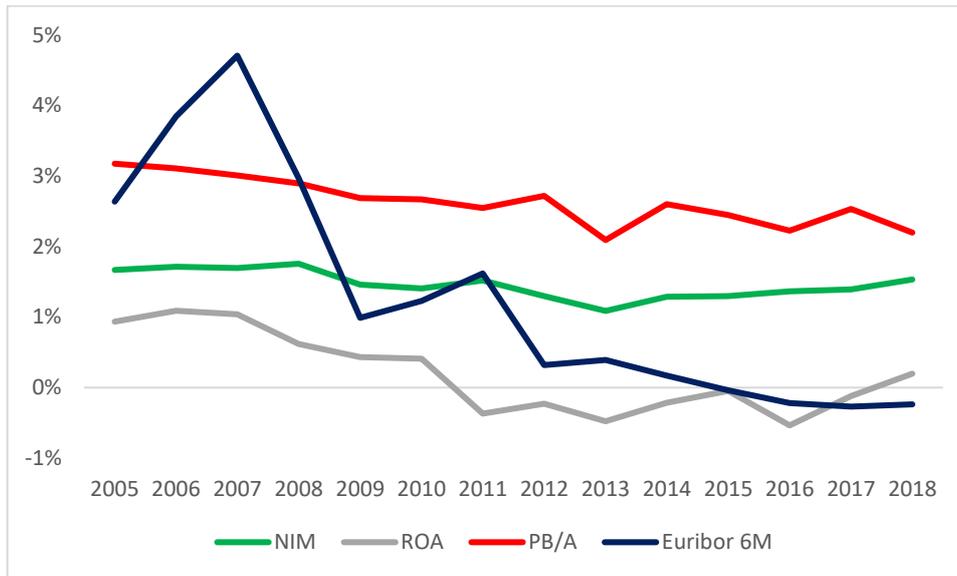
**Tabela 2** - Coeficientes de correlação

	<b>NIM</b>	<b>ROA</b>	<b>PB/A</b>	<b>Euribor 6M</b>
<b>Coef. Corr.</b>	0,791	0,831	0,811	1

Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

Na Tabela 2 estão calculados os coeficientes de correlação entre cada um dos indicadores de rentabilidade bancária e a Euribor a 6 meses. Quando o coeficiente é 0 a correlação entre as variáveis é nula e quando o coeficiente é 1 a correlação é perfeita. No caso destes 3 indicadores, como o coeficiente é aproximadamente 0.8 sugere que existe uma correlação positiva forte entre cada uma das rentabilidades e a Euribor. Como era de esperar existem evidências de que as taxas de juro de curto prazo influenciem a rentabilidade dos bancos. No entanto, a NIM é menos influenciada pela taxa de juro de curto prazo do que a ROA, o que vai contra a maior parte da literatura. Apesar da diferença não ser muita demonstra que os bancos não foram capazes de recuperar as perdas da margem financeira através de outros ganhos, não relacionados com a atividade de concessão de crédito.

**Figura 1** - Evolução da NIM, ROA, PB/A e da Euribor a 6m



Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

Na Figura 1 é possível observar como é que a NIM, o PB/A e a ROA reagem às variações da Euribor a 6 meses, respetivamente. Quando a Euribor decresce mais acentuadamente, a partir de 2007 até 2012, é o período onde a NIM mais decresce também. Em 2008 situava-se em 1,757%, valor mais alto do período, passando para o seu valor mais baixo em 2013, 1,088%, o que era de esperar dado a queda de mais de 4 pp da taxa de juro. Para além disso o rácio de transformação<sup>12</sup> decresceu a partir de 2010, principalmente devido à redução do crédito concedido, dado que os depósitos tiveram um ligeiro aumento. Devido à crise das dívidas soberanas e à fragmentação do mercado de dívida (e neste caso ao mercado interbancário), houve uma maior procura por outras formas de financiamento. O que levou os bancos (não só os portugueses), a procurar financiamento através de depósitos<sup>13</sup>. Com o número de créditos a baixar e com o aumento da procura por depósitos (que fez com que a respetiva taxa de juro subisse), levou a uma compressão da NIM. Contudo, a partir de 2013, a NIM começa a aumentar enquanto que a Euribor continua a decrescer até 2018. Isto sugere que nos últimos anos os bancos possam estar a fazer uma melhor escolha dos seus ativos. Na verdade, de 2008 a 2016, houve uma deterioração da qualidade da carteira de crédito dos bancos, mas este indicador tem vindo a melhorar ao

<sup>12</sup> Rácio de transformação é o resultado da divisão entre o crédito a clientes subtraído pelas imparidades acumuladas a créditos de clientes e os depósitos dos clientes.

<sup>13</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de maio de 2014.

longo dos últimos anos<sup>14</sup>. E, apesar de os créditos terem vindo a diminuir, em termos absolutos, os custos com os depósitos compensaram essas perdas. De facto, nos últimos anos os custos médios dos depósitos baixaram significativamente<sup>15</sup>.

Quanto ao produto bancário em percentagem do ativo representa uma tendência negativa ao longo dos anos. Este foi o indicador que mais decresceu ao longo dos anos e ainda não recuperou, de 2005 para 2018 sofreu um decréscimo de 98 pb. Os bancos têm aumentado as suas receitas através do aumento de taxas e comissões e outras atividades não ligadas à sua principal função de intermediação bancária, porém não é suficiente para contrariar a descida do produto bancário. A partir de 2008, o recebimento de juros (e portanto, a NIM) foi uma das causas que mais contribuiu para esta quebra. A principal contribuição para o produto bancário passou a ser o aumento dos resultados das operações financeiras que foram ganhando cada vez mais importância em relação aos aumentos da NIM e das comissões cobradas.<sup>16</sup> Um outro acontecimento marcante foram os problemas de alguns bancos, como foi o processo de resolução do BES, que levou os restantes a reverem os seus ativos e a optarem por escolher ativos de menor risco e melhor qualidade. A queda na NIM e no produto bancário também podem ser resultado da perda de confiança por parte do público no sistema bancário, muito por culpa do caso de resolução do BES e do Banif e de outros bancos que apresentaram problemas ao longo dos últimos anos.

A acompanhar a descida da NIM, temos a ROA que, de 2006 para 2016 decresceu 1,6 pp. Graficamente as diminuições da ROA acompanham a evolução da Euribor a 6 meses até ao ano de 2013. Assim como a Euribor a 6 meses sofre uma grande queda a partir de 2007 até 2012, é possível observar o mesmo na ROA até 2013. É resultado da diminuição da NIM, como também do aumento das provisões e das imparidades de crédito. De facto, a partir de 2011, o Banco de Portugal aumentou o número de ações de inspeções às carteiras de crédito dos bancos. Por exemplo, a 30 de setembro de 2013 foi estimada uma necessidade de reforço de provisões e imparidades num valor de mil milhões de euros<sup>17</sup>. A partir de 2013 é possível ver uma ligeira recuperação da lucratividade bancária, como acontece na NIM também. No caso da ROA, há outros fatores que contribuíram para que este não tivesse sido ainda pior. Nomeadamente os custos operacionais dos bancos foram substancialmente reduzidos ao longo dos anos, entre 2005 e 2018. Para isso contribuiu fortemente o número de

---

<sup>14</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de junho de 2020.

<sup>15</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de novembro de 2015.

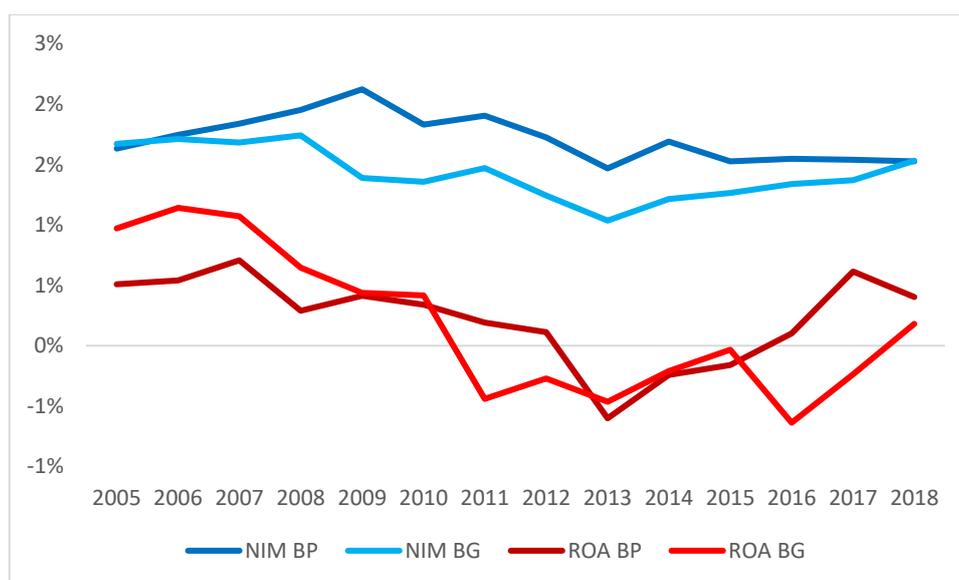
<sup>16</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de novembro de 2015.

<sup>17</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de maio de 2014.

balcões e o número de trabalhadores que baixaram 24% e 10%, respetivamente<sup>18</sup>. De 2013 até 2018 o ROA aumentou 68 pb enquanto a NIM só aumentou 45 pb, fruto da adaptação dos bancos. Segundo estes valores bem como a informação contante das demonstrações de resultados, estes estão a investir mais em outras atividades em vez da sua principal função de intermediação bancária.

Para verificar se havia diferenças entre bancos de dimensões diferentes separei os bancos da amostra. O critério utilizado foi a média dos ativos totais na amostra. Os 5 maiores bancos são os bancos grandes (BG) e os restantes são os bancos pequenos (BP). Dos BG o BST foi o que apresentou, em média, uma melhor ROA sendo o seu valor médio de 0.92%, e foi o único que também não apresentou nenhum valor negativo (Tabela do Anexo). Apesar da NIM não ser a melhor dos 5 maiores bancos da amostra (A.2. do Anexo) consegue obter receitas através de outras atividades e tem vindo a diminuir os gastos operacionais e administrativos ao longo dos anos.

**Figura 2 - Rendibilidades pequenos e grandes bancos**



Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

Na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** estão representadas as rentabilidades NIM e ROA de acordo com as dimensões dos bancos. Neste gráfico é possível observar que há algumas diferenças entre a rentabilidade dos dois tipos de bancos e que nem sempre vão de encontro à literatura. Nesta amostra de bancos, os bancos de menor dimensão

<sup>18</sup> Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, de junho de 2020.

conseguiram ver, a partir de 2007, a sua NIM superior aos bancos de maior dimensão. A ROA, por sua vez, começa por ser maior nos bancos de maior dimensão, situação que se inverte a partir de 2010. Contudo nem sempre os bancos de menor dimensão conseguem ser apresentar melhores rentabilidades. De acordo com a teoria, os bancos de maior dimensão estão mais bem preparados para lidar com a descida das taxas de juro e não perder tanta rentabilidade. No entanto, há outros fatores que influenciam a rentabilidade bancária. Um outro fator é que para esta amostra apenas utilizei dados de bancos que apresentassem informação em pelo menos 9 anos. Portanto é provável que a amostra de bancos pequenos não seja a melhor visto que nela só estão escolhidos os bancos em que apresentem dados na Associação Portuguesa de Bancos, muitos deles por já não operarem em Portugal. É provável que com dados de todos os bancos de menor dimensão que operam em Portugal, a média dos indicadores de rentabilidade fosse de encontro ao que sugere a literatura.

Embora a NIM e a ROA sofra uma maior diminuição nos BG e estes apresentem resultados inferiores aos BP, também vemos que nos últimos anos os BG têm vindo a recuperar. A diferença entre a NIM dos BP e dos BG, a partir de 2013 sensivelmente, tem vindo a diminuir, principalmente devido ao aumento da NIM dos BG, mas também devido à pequena descida da NIM dos BP. Na ROA a recuperação por parte dos BG face aos BP não é tão notória, no entanto é possível observar uma recuperação dos BG a partir de 2016.

A descida das taxas de juro veio afetar negativamente as rentabilidades dos bancos e consequentemente a sua lucratividade. Depois de uma crise financeira e de uma crise de dívidas soberanas os bancos tiveram de se adaptar ao longo dos anos, e a partir de 2013, aproximadamente, viram os seus resultados a melhorar. Através do aumento dos resultados das operações financeiras, das comissões, com a recuperação da NIM e redução dos custos operacionais os bancos foram capazes de ver os seus lucros a aumentar novamente.

## **7. Conclusão**

O estágio curricular realizado na Direção Comercial de Viseu do Banco Santander Totta foi uma boa aprendizagem e uma oportunidade de colocar em prática algum do conhecimento obtido nos últimos anos de estudo. Apesar da conclusão prematura do estágio,

não se cumprindo a sua duração prevista, sinto que estou agora mais capaz de ingressar no mercado de trabalho.

Existe uma relação entre a taxa de juro de curto prazo e a margem financeira e a lucratividade bancária, como conclui a literatura sobre este assunto. Em geral, essa relação é negativa e não linear. Todavia há bancos que, após se adaptarem à descida das taxas de juro, conseguem ver os seus lucros a aumentar. Para isso, estes têm de tentar obter outro tipo de receitas e tentar reduzir os seus custos para que vejam o seu ROA aumentar.

Para a realização deste estudo foi feita uma análise gráfica entre uma taxa de referência de curto prazo, a Euribor a 6 meses, e 3 indicadores bancários, a NIM, a ROA e o PB/A. Os dados da amostra são relativos a 12 bancos a operar em Portugal entre 2005 e 2018.

Uma das principais conclusões é o facto de existir uma forte correlação entre a taxa de juro de referência e os 3 indicadores utilizados, a NIM, a ROA e o PB/A. Em Portugal é possível observar que a descida das taxas de juro de curto prazo afetou a rentabilidade da generalidade dos bancos, no entanto estes conseguem recuperar a partir de 2013 sensivelmente.

Relativamente à evolução da NIM, e apesar da evolução da taxa de juro de curto prazo ser negativa, esta consegue aumentar a partir de 2013. Que, nos últimos anos, deve-se à diminuição dos custos dos depósitos, que passaram a ter mais importância para o financiamento dos bancos. Apesar da taxa da Euribor a 6 meses estar sempre a diminuir, e ser até negativa, os bancos foram capazes de aumentar as suas margens financeiras. De 2013 para 2018 a Euribor a 6 meses decresceu 63 pb e os bancos viram a sua NIM a aumentar, no mesmo período, cerca de 45 pb.

O indicador que não chegou a recuperar significativamente nos últimos anos foi o PB/A, o seu crescimento de 2013 para 2018 foi de apenas 11 pb. A sua quebra de 2005 para 2013 superou 1 pp e ele ainda está muito longe de voltar aos níveis anteriores à crise.

Também é possível ver que os bancos se adaptaram a nova realidade das taxas de juro e conseguiram ver o seu ROA aumentar mais que a sua NIM de 2013 para 2018. Neste período o ROA aumentou 68 pb enquanto a NIM só aumentou 45 pb. Estes estão a investir mais em outras atividades em vez da sua principal função de intermediação bancária. Do

lado dos gastos também é possível afirmar que os bancos têm diminuído os seus custos operacionais, o que os leva a aumentarem a sua lucratividade.

Quanto há diferença entre as dimensões dos bancos, neste estudo é possível observá-la, no entanto o que a literatura sugere é diferente ao que acontece nesta amostra de bancos. A razão mais plausível é o facto de os bancos utilizados na amostra serem os bancos que mais dados tinham disponíveis, excluindo todos aqueles pequenos bancos que ao longo dos anos deixaram de operar em Portugal. Assim, a amostra só representa os bancos de pequena dimensão que conseguiram resistir à crise e, portanto, deve representar os bancos com os melhores resultados.

Seria interessante fazer um estudo mais aprofundado, econométrico (por exemplo um estudo em painel), para todos os bancos portugueses para perceber quais são de facto os bancos mais afetados pela redução das taxas de juro, quais são os comportamentos mais prejudiciais para as rentabilidades bancárias neste contexto de taxas de juro negativas e quais são as principais determinantes da evolução dos indicadores de rentabilidade.

## Referências

- Aceña, P. M. (2008). Santander, de local a internacional: 150 años de historia. *Universia Business Review*(17), 10-29.
- Banco de Portugal (2014). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2015). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2020). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa.
- Banco Santander Totta (2019). *Relatório do 1º semestre de 2019*. Lisboa.
- Banco Santander Totta (2020). *Relatório anual 2019*. Lisboa.
- Beauregard, R., & Spiegel, M. M. (2020). Commercial Banks under Persistent Negative Rates. *FRBSF Economic Letter*, 2020(29), 01-05.
- Borio, C., Gambacorta, L., & Hofmann, B. (2017). The influence of monetary policy on bank profitability. *International Finance*, 20(1), 48-63.
- Busch, R., & Memmel, C. (2015). Banks' net interest margin and the level of interest rates.
- Campmas, A. (2020). How do European banks portray the effect of policy interest rates and prudential behavior on profitability? *Research in international business and finance*, 51.
- Claessens, S., Coleman, N., & Donnelly, M. (2018). “Low-For-Long” interest rates and banks’ interest margins and profitability: Cross-country evidence. *Journal of Financial Intermediation*, 35, 1-16.
- Coeuré, B. (2014). Benoît Coeuré: Life below zero – learning about negative interest rates. *Speech at the ECB’s Money Market Contact Group*, 15, 2015.
- Cruz-García, P., de Guevara, J. F., & Maudos, J. (2019). Determinants of bank’s interest margin in the aftermath of the crisis: the effect of interest rates and the yield curve slope. *Empirical Economics*, 56(1), 341-365.
- Kerbl, S., & Sigmund, M. (2016). From low to negative rates: an asymmetric dilemma. *Financial stability report*, 32, 120-135.

- Kohn, M. (1999). Early deposit banking. *Dartmouth College, Department of Economics Working Paper(99-03)*.
- Maudos, J., & De Guevara, J. F. (2004). Factors explaining the interest margin in the banking sectors of the European Union. *Journal of Banking & Finance*, 28(9), 2259-2281.
- Molyneux, P., Reghezza, A., & Xie, R. (2019). Bank margins and profits in a world of negative rates. *Journal of Banking & Finance*, 107, 105613.

## Anexos

**Tabela A.1 - NIM dos bancos banco (anual)**

Ano	NB	CGD	Mbcp	BST	BPI	Mont	BBVA	CBI	Fin	BIG	Inv	CA
2005	1,475%	1,517%	1,832%	1,695%	2,016%	1,870%	1,290%	0,603%	-	-	-	-
2006	1,403%	1,758%	1,805%	1,713%	1,888%	1,925%	1,278%	0,666%	2,157%	0,382%	-	-
2007	1,395%	1,873%	1,744%	1,660%	1,578%	1,945%	1,282%	1,129%	2,353%	1,810%	-	-
2008	1,445%	1,874%	1,823%	1,714%	1,767%	1,985%	1,207%	1,297%	3,473%	1,721%	-	-
2009	1,459%	1,267%	1,396%	1,647%	1,290%	1,860%	1,186%	1,828%	3,746%	1,694%	2,598%	2,631%
2010	1,391%	1,124%	1,517%	1,498%	1,447%	1,485%	0,928%	1,665%	4,052%	1,835%	2,537%	2,359%
2011	1,473%	1,398%	1,689%	1,333%	1,339%	1,483%	1,182%	1,344%	3,359%	2,386%	2,516%	2,673%
2012	1,411%	1,150%	1,141%	1,329%	1,299%	1,340%	0,943%	1,321%	2,989%	1,826%	2,130%	2,426%
2013	1,283%	0,760%	1,034%	1,239%	1,104%	0,978%	0,993%	1,278%	3,237%	2,120%	1,799%	2,098%
2014	-	0,987%	1,462%	1,316%	1,198%	1,497%	0,976%	1,214%	3,271%	1,740%	1,948%	2,040%
2015	0,783%	1,104%	1,738%	1,138%	1,619%	1,076%	0,911%	1,535%	3,731%	1,539%	2,030%	2,073%
2016	0,983%	1,224%	1,726%	1,627%	1,042%	1,186%	0,959%	1,311%	3,349%	1,433%	2,566%	1,960%
2017	0,758%	1,331%	1,934%	1,311%	1,309%	1,318%	0,929%	1,084%	3,014%	0,862%	2,656%	1,836%
2018	1,028%	1,488%	1,860%	1,678%	1,339%	1,352%	-	2,154%	2,984%	1,035%	2,644%	-

Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

**Tabela A.2- ROA dos bancos (anual)**

Ano	NB	CGD	Mbcp	BST	BPI	Mont	BBVA	CBI	Fin	BIG	Inv	CA
2005	0,709%	0,779%	1,220%	1,177%	1,066%	0,394%	0,389%	1,775%	-	-	-	-
2006	0,967%	1,025%	1,242%	1,457%	1,187%	0,400%	-0,384%	1,578%	1,482%	2,216%	-	-
2007	1,152%	1,038%	0,781%	1,515%	1,185%	0,373%	0,400%	2,478%	1,261%	2,671%	-	-
2008	0,679%	0,596%	0,362%	1,439%	0,533%	0,201%	0,284%	2,233%	-0,445%	1,570%	-	-
2009	0,634%	0,231%	0,236%	1,077%	0,369%	0,258%	0,106%	2,362%	0,389%	1,753%	0,934%	0,404%
2010	0,610%	0,199%	0,302%	0,902%	0,405%	0,282%	-0,101%	2,007%	0,414%	2,271%	1,248%	0,250%
2011	-0,136%	-0,405%	-0,908%	0,151%	-0,663%	0,209%	-0,243%	0,396%	0,124%	0,302%	-0,659%	0,386%
2012	0,115%	-0,338%	-1,358%	0,604%	0,559%	0,010%	-0,947%	1,132%	0,138%	3,135%	0,481%	0,296%
2013	-0,642%	-0,510%	-0,903%	0,246%	0,157%	-1,296%	-2,076%	1,402%	0,276%	4,828%	4,138%	-0,020%
2014	-	-0,348%	-0,297%	0,465%	-0,384%	-0,832%	-1,197%	0,193%	0,532%	5,713%	0,748%	0,179%
2015	-1,704%	-0,170%	0,314%	1,171%	0,581%	-1,151%	0,064%	0,392%	1,556%	4,832%	0,475%	0,362%
2016	-1,506%	-1,988%	0,034%	0,879%	0,818%	-0,405%	-0,082%	0,096%	1,698%	2,485%	0,791%	0,349%
2017	-2,681%	0,056%	0,259%	0,821%	0,034%	0,032%	0,131%	2,010%	2,124%	2,828%	0,937%	0,846%
2018	-3,230%	0,607%	0,556%	0,970%	1,554%	0,086%	-	1,392%	1,902%	1,016%	1,177%	-

Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel

**Tabela A.3.- Ativos totais no final de cada ano de cada banco**

Ano	NB	CGD	Mbcp	BST	BPI	Mont	BBVA	CBI	Fin	BIG	Inv	CA
2005	50 221 841 €	86 476 164 €	76 849 602 €	36 225 457 €	30 158 708 €	14 671 864 €	4 804 814 €	1 782 739 €	-	-	-	-
2006	59 138 806 €	96 245 808 €	79 258 746 €	37 757 515 €	35 565 483 €	15 898 640 €	5 492 123 €	1 723 313 €	5 106 642 €	409 820 €	-	-
2007	68 354 713 €	103 553 764 €	88 166 161 €	42 002 504 €	40 545 949 €	16 898 729 €	6 135 478 €	1 878 427 €	5 700 766 €	524 999 €	-	-
2008	75 186 728 €	111 060 082 €	94 423 724 €	44 084 898 €	43 003 399 €	16 851 534 €	6 862 296 €	1 896 964 €	3 895 328 €	563 069 €	-	-
2009	82 297 200 €	120 984 842 €	95 550 407 €	48 590 431 €	47 449 179 €	17 244 767 €	6 941 048 €	1 930 507 €	3 105 680 €	703 350 €	547 545 €	12 947 636 €
2010	83 655 427 €	125 861 974 €	100 009 739 €	48 181 543 €	45 659 813 €	18 249 290 €	7 971 769 €	2 000 188 €	2 628 374 €	900 763 €	577 969 €	14 200 415 €
2011	80 237 372 €	120 565 281 €	93 482 079 €	42 223 823 €	42 955 917 €	21 495 390 €	7 096 917 €	2 161 679 €	2 522 088 €	828 983 €	536 756 €	14 240 832 €
2012	83 690 828 €	116 856 502 €	89 744 039 €	41 400 310 €	44 564 582 €	20 972 731 €	6 128 697 €	2 433 648 €	2 259 209 €	1 026 193 €	628 232 €	15 113 117 €
2013	80 608 016 €	112 962 840 €	82 007 033 €	41 551 241 €	42 699 750 €	23 039 203 €	5 361 393 €	2 008 571 €	2 266 021 €	1 214 430 €	595 172 €	14 620 576 €
2014	-	100 152 034 €	76 360 916 €	41 543 134 €	42 628 850 €	22 473 474 €	5 179 512 €	2 100 827 €	2 226 348 €	1 444 517 €	645 759 €	15 049 651 €
2015	57 529 359 €	100 901 467 €	74 884 879 €	49 085 821 €	40 673 292 €	21 145 216 €	4 767 086 €	1 798 665 €	1 773 741 €	1 542 063 €	603 431 €	14 935 759 €
2016	52 332 672 €	93 547 313 €	71 264 811 €	44 991 683 €	38 284 652 €	21 345 909 €	3 999 499 €	1 495 321 €	1 807 409 €	1 759 030 €	506 320 €	16 699 391 €
2017	52 054 849 €	93 247 914 €	71 939 450 €	53 168 990 €	29 640 209 €	20 200 024 €	4 017 427 €	1 642 095 €	1 988 472 €	1 851 222 €	618 643 €	17 988 440 €
2018	44 161 496 €	88 582 674 €	75 922 098 €	51 515 304 €	31 568 015 €	18 351 327 €	-	803 951 €	2 027 786 €	2 277 990 €	772 077 €	-

Fonte: Cálculos realizados pelo autor com recurso ao Excel